

ção específica e entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho, e terá eficácia com a publicação no Diário Oficial do Estado. Curitiba, 22 de outubro de 1987. — Alfred Willer, membro. Ana Cleide Chiarotti Cesário, membro. Cícero Jayme Bley Júnior, membro. Francisco Antonio Carboni, membro. José da Pastina Filho, membro. Luiz Edson Fachin, membro. Oldemar Blasi, membro. Ruy Wachowicz, membro. (Publicado no Diário Oficial do Estado n.º 2.654, de 23 de novembro de 1987.)

Aduna Blasi

Ata da Reunião  
do Conselho Estadual do  
Patrimônio Histórico e  
Artístico, realizada no  
dia 05 de novembro de 1987.

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Cultura, à Rua Emano Pereira, 240, com a presença do Presidente do Conselho, Doutor René Aziel Jotti, dos Conselheiros João José Bigarella, Celso Gomes Carneiro, Luiz Edson Fachin, Alfred Willer, Ruy Wachowicz, Oldemar Blasi, José da Pastina Filho, da Secretaria do Conselho, Professora Maria Luísa Valenti Piermartini, dos técnicos da Coordenadoria do Patrimônio Cultural Rosina Coeli Alice Parchen, Jarbas Santos Achünemann e Roberto Ribas Lange. Os Conselheiros Ana Cleide Chiarotti Cesário, Francisco Antônio Carboni e Cícero Jayme Bley Júnior justificaram a ausência. Iniciou-se a reunião com a leitura da Ata da Reunião realizada em 07 de outubro de 1987, a qual foi aprovada, mediante a inclusão das seguintes correções: 1.ª - foi registrada a ausência do Conselheiro Celso Gomes Carneiro que no entanto participou da reunião; 2.ª - na alínea 30 da página 23, excluir "com a isenção do voto do Conselheiro Ruy Wachowicz", pelo fato de o mesmo estar ausente.

Procedeu-se, então, à leitura da Ata da Reunião Extraordinária realizada em 22 de outubro, que foi aprovada com as seguintes alterações: 1ª - na alínea 17 da página 25, onde se lê "apresenta a proposta para o tombamento da área conhecida como Reserva Indígena da Mangueirinha" leia-se "se proceda ao estudo de viabilidade para o tombamento, com discursos com a comunidade"; 2ª - na alínea 14 da página 24, verso, onde faz referência à Ata da Reunião Conjunta dos Três Conselhos substitua "quando será submetida a aprovação" por "quando sua discussão for feita para conhecimento dos conselheiros". Alindando os debates, o Doutor René Aziel Jotti, Presidente do CEPHA, consignou um voto de louvor aos Conselheiros pelos trabalhos de discussão e aprovação do Regimento Interno. Passou-se então à eleição do Vice-Presidente do Conselho - primeiro assunto da pauta - sendo indicado por unanimidade o Professor Oldemar Blasi. A seguir, o Presidente convidou o Professor Gigarella a expor as considerações sobre o Plano de Gerenciamento de Área Especial de Interesse Turístico do Marumby, solicitando a posterior transcrição em Ata: "Com propósito à aprovação do Plano de Gerenciamento da AET do Marumby, foi aprovado em termos. No que entendi, há possibilidades de retoques e o resumo de pontos específicos. O trabalho é muito bom em todo o seu conjunto, mas dentro deste documento há também pontos fracos. Em primeiro lugar, não se trata de uma área de interesse exclusivamente turístico como os órgãos do Governo parecem querer. O Parque do Marumby, quando a luta veio pela ADEA, foi muito mais por uma luta de preservação de um bem que não viesse causar dano econômico à sócio-economia do Estado. Isto esse documento não aborda, não dá ênfase, lendo aquele plano só pensei em fazer marumbrinismo - ir para a Serra, passear lá e cá, foi esquecido todo o maior entomo que foi a grande luta da ADEA: pedir a preservação desta área. Trata-se, sim, de uma área de segurança ambiental de transcendental importância para a economia do Estado e, obviamente, de

sentido social. Nós temos um Porto a defender; nós temos uma estrutura viária a preservar, encarando do ponto puramente econômico da administração do Porto de Paranaguá. Os canais estão sendo violentamente assoreados pelo desmatamento desta Serra; cada dia que passo por lá, agora não adianta levar mais lenço, tem que levar lençol - a gente chora. Hoje, dentro do próprio Parque do Marumbi, a área preservada, tombada, tem uma área enorme, de uma declividade acentuada que foi queimada essa semana. O que é interesse econômico para impedirmos a erosão. Isso só no Plano de Gerenciamento não fica claro. Nós não menosprezamos o interesse turístico cultural, é muito grande. Não somos contrários aos ecologistas que amam ver passarinhos cantando nos galhos, amém as flores, as plantas e tudo o mais. Isso tudo é muito bonito também. Mas, economicamente, não é prático, pelo menos no sentido pragmático. Mas nós respeitamos isso. Como técnicos profissionais não podemos permitir que área tão importante não sofra uma abordagem inter e multidisciplinar que realmente aconselhe o que se deve fazer, doe a quem doar. O interesse social de uns poucos (depois que se declarou de utilidade pública o Parque, houve um afluxo muito grande de pessoas); pelo contrário, são moradores extremamente de pouca data e a apreciação social no Plano de Gerenciamento não enfatizou o caráter recente desta invasão ao Parque. Essa caracterização é muito importante para podermos vir a tirar estas pessoas que invadiram a área após a sua declaração de utilidade pública e, ainda mais, essa invasão foi estimulada pelo próprio Governo durante o autoritarismo que incentivou determinadas pessoas da administração a promover esta invasão. O interesse foi muito político - estava em período de eleições - como nós sabemos. Não deve prevalecer, os interesses imediatistas desses políticos sobre o interesse social e econômico infinitamente maior da comunidade paranaense. É um problema social de todo o Paraná e não daqueles invasores que lá entraram. Vamos examinar este problema equacionando-o dentro da realidade com

objetividade. Todos sabem que da preservação da Serra do Mar depende a navegabilidade da Baía de Paranaguá. Não é mais preciso dizer o porquê dessa impotência; isto não foi absolutamente abordado sequer numa linha no Plano de Planejamento, ficou em caráter secundário e o plano está aprovado como um todo. Muito bem: porque não acentuar o real motivo desse tombamento, dessa preservação? Não é apenas lazer, é a segurança ambiental, apenas lazer de massa com direito à beleza cênica, será que somente isso interessa? O trabalho é bom dentro da nossa realidade universitária e institucional; infelizmente nós devemos também criticar essa nossa realidade. Esse Plano é totalmente cego aos aspectos pragmáticos da questão, sem um ponto de vista universitário; eu que sou professor de universidade, fui; mas eles estão muito aquém do padrão que seria exigido para tratar deste assunto. Nós não temos nem o academismo e nem o pragmatismo objetivo. A abordagem da situação social fornece uma idéia clara do problema e esse trecho está muito bem preparado. Os aspectos da flora e fauna são bons, entretanto, os aspectos geocientíficos são praticamente inexistentes. A parte de Geologia não fornece uma idéia clara dos recursos minerais. A parte de Geomorfologia limitou-se à Hidrografia, por sinal, bem abordada dentro de suas limitações, a parte climatológica limitou-se a dados muito recentes não examinadas num contexto mais amplo. Fora dessa contribuição, a Geomorfologia inexistente. É fundamental o conhecimento da área da Serra num aspecto climatológico - esse não está descrito, não se sabe nada sobre Geomorfologia, da sua importância, da preservação ambiental do Parque. O trabalho que foi feito em 1978, apoiado pela Secretaria do Planejamento, é muito mais objetivo, aborda mais amplamente esse detalhe. O que nos interessa é o papel da dinâmica ambiental. É de fundamental importância para o programa de planejamento - nós precisamos integrar as informações temáticas. Não adianta pôr um capítulo disso, um capítulo daquilo, se não se fizer uma junção para definir realmente o que se quer lá dentro. Deve existir uma ótica, uma coisa adjunta que é criticada, ela deve ser remanejada. Então é isso que nos preocupa. Por

exemplo, agora há mais um pedido de uma estrada na Serra; pelo Plano de Gerenciamento talvez se conceda isso. Mas se o assunto tivesse sido abordado num ponto mais integrado, então nem se discutiria mais esta estrada, porque ela vai afetar uma área que não é para ser afetada. E existem alternativas. Um outro ponto extremamente negativo do Plano de Gerenciamento é a respeito do solo, nem se fala de solo. O solo é o recurso natural mais importante do problema. Tanto para os moradores localizados em cima de solos adequados ou não, como à utilização da área, onde foram feitas derrubadas, queimadas e o solo é inviável à agricultura. Porque nós vamos perder um recurso, uma floresta que continha a erosão para estes detritos estarem de hoje em diante indo em direção à Baía de Paranaguá, quem sabe amanhã inviabilizando o Porto? É um porto que nós achamos extremamente importante e que falta. O que na realidade precisamos é integrar estas informações para poder trabalhar com todos os setores ambientais. Não tem uma orientação para dizer o que pode ou não pode ser feito. Não houve integração. O solo, por exemplo, tem o uso agrônomo e uso na proteção à erosão. O que é mais importante: proteger este solo diminuindo a erosão e o assoreamento do Porto ou fazer uma agricultura com plantação de bananas? Eu diria uma agricultura de república de banana, porque não vai conduzir a nada. Não vai dar altos prejuízos sociais à economia deste Estado. São duzentas pessoas que vivem lá; tem direito sobre cerca de dez milhões de outras pessoas? Quanto à fauna, o relatório está bem feito e chama a atenção, muito claramente, para o endemismo. Se a fauna é endêmica merece uma proteção muito grande porque ela é restrita a áreas limitadas. O Plano de Gerenciamento já está aprovado. Temos agora que equacionar o *modus faciendi*." O assunto foi debatido pelo Presidente, os Conselheiros Fachin e Bigarella e pelo Curador do Patrimônio Natural, Roberto Ribas Lange, que chegaram à seguinte conclusão: em que pese o bom nível técnico do trabalho, resultado da abnegação dos funcionários do ITCF, é oportuno

tu no refletir a respeito das elevadas considerações do Professor Zigarrella. Invertendo a pauta, o Presidente abordou o assunto do Teatro Treze de Maio, informando o interesse do Prefeito de Curitiba em apoiar o tombamento. O Conselheiro Blasi, estando de posse do processo, comentou que trará o relatório na próxima reunião. O Conselheiro La Pastina observou que o instrumento do tombamento visa a preservação do imóvel e não o seu uso. Passando a tratar do processo da Rede Ferroviária Federal, discutido o assunto e lidos os pareceres do Curador Roberto Rilas Lange e do Conselheiro Zigarrella, o Presidente do Conselho solicitou ao Conselheiro La Pastina a redação final destes pareceres, relevando seu conteúdo didático. A seguir, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Willer que relatou o processo de tombamento do Palácio São Francisco, apresentando conclusões favoráveis, as quais, depois de aprovadas pelo CEPHA, foram transcritas no Livro do Tombo. O Presidente, antes de se retirar, introduziu o assunto do Convênio entre a Secretaria de Estado da Cultura e o Círculo de Estudos Bandeirantes, distribuindo ao Conselheiro Fachin o encargo de analisar o Convênio propondo solução adequada por se tratar de grande investimento por parte do Estado. Passando a tratar dos trabalhos da Secretaria Executiva do CEPHA, o Presidente designou Cláudia Penovich para oferecer apoio técnico à mesma. Passou então a presidência ao Conselheiro Blasi que ao assumir indagou à Curadora do Patrimônio Histórico e Artístico, Rosina Celi Alice Parchen, sobre a solicitação de tombamento do Centro Histórico de Antonina. A Curadora informou que a Coordenadoria do Patrimônio Cultural está procedendo aos estudos preliminares em conjunto com a FAMEPAR e que se pretende instrumentalizar o tombamento oferecendo facilidades aos proprietários. Passando ao 6º item da pauta, a Curadora esclareceu que será realizado nos dias 1º e

02 de dezembro, em Paranaguá, o I Encontro para Preservação de Centros Históricos Paranaenses, com a participação da Prefeitura Municipal, SPHAN/pró Memória, ICOMOS, e convidou os Conselheiros para o evento. O Presidente em exercício, Professor Oldemar Glasi, passou a palavra ao Curador Roberto Ribas Lange para prestar informações a seguir transcritas: "O superequi é ilha tombada por este Conselho. Recentemente recebemos denúncias da MINEROPAR estar pesquisando a área. Estabelecemos contato com o Presidente da mineropar que confirmou a informação e descreveu os trabalhos, declarando serem apenas aberturas de picadas e medições localizadas." Discutido o assunto, os Conselheiros Fachin e Celso Gomes Carneiro propuseram que seja notificada a MINEROPAR, intimando-a a interromper os trabalhos e remeter cópia da notificação ao Conselho do Litoral, ao CEDA, ao ITCF, à Secretaria da Indústria e Comércio e ao Batalhão de Polícia Florestal. A proposta foi votada e aprovada. Passou-se, então, ao 8º item da pauta, referente à doação da Fazenda Capão Alto ao Estado do Paraná. O Conselheiro La Pastina informou que pelo seu valor histórico e arquitetônico há possibilidade da SPHAN/pró Memória locar recursos significativos para a sua restauração. O Conselho mostrou-se favorável à aceitação, por parte da SEEC, deste bem imóvel, cuja escritura pública de doação deverá ser submetida ao CEPHA e comunicada à SEAD. A seguir o Conselheiro Willer pediu licença para se retirar e, não havendo mais quorum, a reunião foi encerrada e eu Maria Lúcia Valente Ferraz lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos presentes, na próxima reunião.

Oldemar Glasi  
F. Ferraz

João - Secretário

Cicero Bley

Francisco A. Carboni

Yosi La Pastina

Yosi Felício

Rene Dotti

Oldemar Bley

# Ata da Reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, realizada em 16 de Dezembro de 1987.

Aos dezesseis (16) dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, às 14,30 horas, reuniu-se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Ambiental, digo, Artístico, na Sala de Reuniões do Conselho da Secretaria de Estado da Cultura à Rua Emano Pereira nº 240, com a presença do Presidente do Conselho, Professor René A. Dotti, Secretário de Estado da Cultura e dos Senhores Conselheiros Celso Gomes Carneiro, Cicero Yaimé Bley Junior, Francisco Antonio Carboni, Yosi La Pastina Filho, Oldemar Blasi e Ana Cléide Chiarotti Cesário. Além dos Senhores Conselheiros, estiveram também presentes os Senhores Alfredo Santana Ribeiro e Vitor Rachid Nasser, Presidente e Diretor Jurídico da Sociedade Beneficente Garibaldi; a Professora Maria Luiza Valenti Bivemartini e o Arquiteto e Urbanista Schünemann, Coordenadora e Arquiteta da Coordenação do Patrimônio Cultural; Senhorita Tosca Zamboni, Diretora do Parque Histórico do Mate, bem como